



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: CORREIO URBANO A5 GERAL
Data: 23/10/2012

Matadouros em Sergipe é tema de mais uma audiência no Ministério Público Estadual

Karla Pinheiro

karlapinheiro@correiodesergipe.com

Implantação de frigoríficos regionais no Estado de Sergipe. Esse foi o tema de mais uma audiência no Ministério Público Estadual, MPE. O objetivo do projeto da Secretaria de Estado de Agricultura é acabar com os matadouros clandestinos e centralizar o serviço de abates apenas nos locais autorizados. Os municípios selecionados para abrigar os novos empreendimentos regionais são Estância, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória e Canindé do São Francisco.

Na audiência pública realizada ontem, 22 de outubro, os representantes da cidade de

Nossa Senhora da Glória foram convocados para informar ao MPE a situação do município e quais locais poderiam abrigar o empreendimento. O município possui um processo judicial que já está em fase de conclusão em que a cidade irá receber em adjudicação extensa gleba de terras, que poderão ser leiloadas e a quantia arrecadada será utilizada para aquisição de um terreno para construção do frigorífico.

“A prefeitura de Glória tem uma área a receber de uma ação antiga da justiça, então assim que tivermos com as terras iremos leiloar e utilizar a verba para adquirir um terreno mais próximo da cidade de acordo com o que determina

a legislação ambiental”, informa Luana Oliveira, prefeita da cidade de Glória.

Ficou decidido na audiência que até amanhã, 23 de outubro, que o município de Nossa Senhora da Glória irá visitar uma área pré-selecionada e realizar o seu geo-referenciamento e informar a ADEMA os resultados desse trabalho, para que haja a vistoria da área para envio do termo de referência, os documentos necessários e demais exigências para a concessão da licença prévia do empreendimento.

“A escolha da área de Glória só irá depender da sinalização da prefeitura municipal nos enviando a área geo-referenciada. Faremos a vistoria prévia para analisar se a área é viável ou não. Utilizaremos alguns parâmetros para a conclusão do relatório. O primeiro deles é se no local existe riacho, rio ou água subterrânea, que possa vir ser contaminada com o matadouro. Outra questão é se existe área de preservação permanente

no local e precisará de desmatamento e o ponto mais importante é o lançamento. Os frigoríficos tratam os dejetos, mas precisam lançá-los em algum lugar, onde? Se não tiverem um lugar específico que atende a Legislação Ambiental essa informação constará no relatório. Isso não impedirá o funcionamento naquele local, mas eles precisam apresentar soluções alternativas para o lançamento desses dejetos que não polua a área”, explica o Secretário da ADEMA, Genival Nunes.

De acordo com o promotor de justiça Nilzir Soares esse é um processo que está apenas no começo, mas a implantação do projeto favorece o Estado centralizando o abatimento do gado dentro dos padrões ambientais. “É um trabalho que se iniciou, mas que tem um longo caminho a ser percorrido, porque tem como objetivo mudar uma estrutura atual que já se consolidou a muitos anos, que é a situação de abatimento irregular no estado. Dentro

do projeto os municípios selecionados como pólos regionais receberiam esses empreendimentos e para essas cidades seriam encaminhados todo o gado da região para ser abatido”, explica o promotor.

São quatro municípios selecionados para abarcar esses novos empreendimentos, são eles Estância, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória e Canindé do São Francisco. Os municípios de Estância e Itabaiana já estão em um processo mais avançado e Canindé que já possui um frigorífico, passará por adaptações. “Estância e Itabaiana já tiveram áreas pré-selecionadas e vistoriadas pela ADEMA e o próximo passo é obter a licença prévia também fornecida pela ADEMA. Nós manteremos no decorrer dessa semana contato com as promotorias de cada município para obter mais informações sobre o desenvolvimento do projeto. Em Canindé haverá a adaptação do matadouro que já funciona no município, será verificada a situação da licen-

ça ambiental para a questão do sistema de refrigeração, e haverá uma readaptação, pelo menos na primeira vistoria foi constatado que isso seria possível”, ressalta Dr. Nilzir Soares.

Quando o projeto de instalação desses novos empreendimentos for concluído apenas esses quatro pontos regionais serão autorizados a fazer o abate. “O sistema que será implantado público privado é um sistema diferente, porque há uma conjunção de esforços do poder público a quem interessa oferecer à população um produto saudável e seguro, e essa responsabilidade gera a iniciativa de instalar o empreendimento. A parte privada oferece o serviço tendo instalada a sua situação econômica e ter seu lucro sobre a atividade. Quando o projeto for concluído só nessas quatro cidades serão feitos os abates. O frigorífico irá receber o gado da sua região, cobrar uma tarifa do criador e devolver a carne refrigerada”, conclui o promotor.